

Heróis e monstros: as narrativas míticas no amparo da natureza

Heroes and monsters: mythical narratives in the protection of nature

Héroes y monstruos: las narrativas míticas en el amparo de la naturaleza

Eduardo Sales de Lima

Centro Universitário Cidade Verde – UniCV

<https://orcid.org/0009-0003-7940-7195>

Julius Cesar Alimari Campos

Centro Universitário Cidade Verde – UniCV

<https://orcid.org/0009-0000-3182-7594>

Resumo: Na atualidade, identifica-se, diariamente, contínuos danos ao planeta, alguns por causas consideradas “naturais” e outros resultam de ação direta das lógicas exploratórias, colocando em dúvida a finitude dos recursos naturais. Diante disso, esse artigo pretende propor uma análise do problema a partir do estudo dos mitos de proteção da natureza. Espera-se entender como o imaginário cultural coopera significando a complexa relação entre os humanos e seu meio-ambiente. Tais narrativas míticas demonstram que esta relação com a biosfera nunca foi simples, e nunca foi totalmente pacífica, contudo, considerando o campo de significação, seu entendimento pode contribuir com o debate. A metodologia usada para esse trabalho será bibliográfica e utilizará o estudo da linguagem a partir da literatura comparada entre dois guardiões da natureza, Humbaba e Boitatá, considerando o imaginário cultural e religioso de sua formação.

Palavras-chave: Narrativas míticas; preservação do meio ambiente; Humbaba; Boitatá.

Abstract: Currently, continuous damage to the planet is identified daily, some from causes considered "natural" and others resulting from direct action of exploitative logics, challenging the notion of finite natural resources. In view of this, this article seeks to analyze the problem drawing from the study of nature protection myths. It is expected to understand how the cultural imaginary cooperates in signifying the complex relationship between humans and their environment. Such mythical narratives demonstrate that this relationship with the biosphere has never been simple, and has never been entirely peaceful; however, considering their signification, understanding them can contribute to the debate. The methodology used for this work will be bibliographical and will utilize linguistic analysis through comparative literary study of two guardians of nature, Humbaba and Boitatá, considering the cultural and religious imaginaries of their formation.

Keywords: Mythical narratives; environmental preservation; Humbaba; Boitatá.

Resumen: En la actualidad, se identifican diariamente continuos daños al planeta, algunos por causas consideradas "naturales" y otros resultantes de la acción directa de las lógicas exploratorias, poniendo en duda la finitud de los recursos naturales. Ante esto, este artículo pretende proponer un análisis del problema a partir del estudio de los mitos de protección de la naturaleza. Se espera entender cómo el imaginario cultural coopera significando la compleja relación entre los humanos y su medio ambiente. Tales narrativas míticas demuestran que esta relación con la biosfera nunca fue simple, y nunca fue totalmente pacífica; sin embargo, considerando el campo de significación, su entendimiento puede contribuir al debate. La metodología usada para este trabajo será bibliográfica y utilizará el estudio del lenguaje a partir de la literatura comparada entre dos guardianes de la naturaleza, Humbaba y Boitatá, considerando el imaginario cultural y religioso de su formación.

Palabras-clave: Narrativas míticas, preservación del medio ambiente, Humbaba, Boitatá

Introdução

O crescente avanço da crise climática no século XXI evidencia que a relação entre humanidade e natureza precisa ser continuamente retomada no campo de debate acadêmico e social. Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (2025), essa crise caracteriza-se por diversos fatores, sendo a elevação dos níveis de gases de efeito estufa na atmosfera um dos principais exemplos. No âmbito cultural, a consciência dessa crise manifesta-se em narrativas entrelaçadas com a significação do meio ambiente,

convergindo com as observações do antropólogo Clifford Geertz (1989), que compreendeu a cultura como uma teia de significados humanos. Ao observar essa teia, pode-se destacar a criação de figuras míticas como defensores da natureza, criaturas identificadas na literatura antiga como “monstros”, seres necessários que habitam o inconsciente (Borges, 2006). Observação que implica em problemas e interditos no relacionamento com a natureza.

Entre as narrativas dos primórdios da civilização, o Épico de Gilgamesh apresenta uma figura emblemática: Humbaba, protetor da floresta de cedros e um dos mais antigos seres míticos criados pela humanidade (Andrew, 2003). Essa narrativa constitui uma das obras literárias mais antigas da humanidade, construída a partir da junção e sincretismo de poemas sobre as histórias do semidivino rei da cidade de Uruk, Gilgamesh (Andrew, 2003). Esta junção recebeu inúmeras publicações e traduções, reelaborações e releituras por toda região da Mesopotâmia. Humbaba segundo o mito, foi o monstro posicionado pelo deus Enlil como guardião de um precioso recurso natural. Era extremamente temido por sua força e aparência, atuando como protetor daquela região até ser atacado pela humanidade, representada pelo semidivino Gilgamesh (Andrew, 2003). Esse enredo ilustra como o recurso natural relaciona-se com a formação da cultura material e espiritual.

Nessa perspectiva, o contexto brasileiro também apresenta criaturas míticas relacionadas a disputas sobre a natureza. As cosmovisões brasileiras, são ricas em narrativas sobre protetores da natureza que mediam a relação entre humanidade e ambiente (Cascudo, 2012). Essas narrativas também se relacionam à invasão, exploração e extração de recursos desde a chegada dos portugueses em solo brasileiro. Assim, da mesma forma, a cultura material e espiritual origina-se da relação direta com a natureza. No mito do Boitatá, encontramos uma serpente de fogo que protege relvas e campos abertos daqueles que os destroem, como os criadores de gado. Assim, Boitatá possui natureza dinâmica, evoluindo de um gênio da cosmovisão Guarani até os dias atuais, quando é considerado guardião da natureza (Cascudo, 2012).

Essas narrativas evidenciam a relação entre imaginário e realidade concreta. Revelam a continuidade das disputas relacionadas à posse e exploração da natureza, demonstrando como o imaginário dessas criaturas e suas significações sociais e religiosas contribuíram e contribuem para a ressignificação no contexto contemporâneo.

Este estudo é relevante principalmente devido à invasão e dominação do imaginário capitalista, que nega qualquer dilema existencial através do mito do enriquecimento exploratório. Isso se verifica no campo da significação, pois no épico de Gilgamesh, os heróis representam, inversamente, forças exploratórias, e sua "beleza" constitui uma atração fatal (sedução do capital). Os guardiões, por sua vez, foram identificados como monstros, demonizados e mortos. Assim, a dominação colonial enfeitiçou (fetiche) o

imaginário com o mito do desenvolvimento: de um lado, pela exploração e acúmulo de capital; de outro, pela formação de uma subserviente mentalidade de manada (Nietzsche, 2006). Assim, o mito do desenvolvimento, transformado em herói messiânico, passou a orientar o modelo de consumo, pregando a possibilidade de crescimento econômico *ad infinitum*, ocultando a violência e o peso exacerbado sobre o ecossistema.

Embora o discurso alterne entre mítico, quando se pensa nos guardiões, e "científico", quando se aborda a exploração, ambos tratam de uma disputa pela vida. Os seres míticos não são apenas representações, mas constituem o acúmulo do imaginário em defesa da vida, imaginário alinhado com o sagrado, contraposto a uma forma de poder violenta, totalitária e exploratória, que destrói imaginários e reduz o sentido da vida ao imediatismo da satisfação e do prazer.

Nas duas narrativas também se destaca o viés espiritual, pois a significação relaciona os protetores às divindades, criando rituais e liturgias de proteção. O mesmo acontece após a demonização. Assim, a vida apresenta-se como uma teia de significados, espaço em que se legitimam as disputas pelo poder e pela "propriedade".

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa, de natureza bibliográfica. Utiliza-se a análise temática comparativa (Braun; Clarke, 2006) para examinar duas narrativas míticas de proteção ambiental de diferentes tradições culturais. O método permite identificar padrões temáticos recorrentes entre as narrativas de Humbaba (tradição mesopotâmica) e Boitatá (tradição brasileira), analisando como diferentes culturas constroem significados similares sobre a relação humanidade-natureza. A abordagem comparativa fundamenta-se na perspectiva dos estudos culturais (Hall, 2003) e na antropologia interpretativa de Geertz (1973), que compreende a cultura como uma "teia de significados" que orienta as ações humanas.

O corpus de análise foi organizado em fontes primárias e secundárias. Para Humbaba, utiliza-se a tradução da versão da Antiga Babilônia de 1100 AEC, consultada através da obra de Andrew George (2003) "The Babylonian Gilgamesh Epic", complementada pela tradução brasileira de Jacyntho Lins Brandão (2017) e estudos iconográficos de Hans Ulrich Steymans (2010). Para Boitatá, empregam-se os registros históricos de José de Anchieta (1560) e Couto de Magalhães (1876), tendo como base principal Luís da Câmara Cascudo (2012) em "Geografia dos Mitos Brasileiros", além de manifestações culturais contemporâneas.

As fontes secundárias foram selecionadas através de busca nas plataformas SciELO e Google Scholar, priorizando o período 2019-2024, com palavras-chave relacionadas a narrativas míticas, preservação ambiental e imaginário cultural. O tratamento qualitativo dos dados seguiu os procedimentos da análise temática: familiarização com as fontes, codificação das características das criaturas míticas, identificação de temas emergentes

(origem divina, função protetiva, confronto civilizacional, ressignificação contemporânea), revisão, refinamento dos temas e síntese comparativa dos resultados.

A análise comparativa organizou-se em três dimensões: contextual (situação histórica e cultural de cada narrativa), estrutural (características, funções e simbolismo das criaturas) e interpretativa (significados para a relação humanidade-natureza e implicações contemporâneas). A validação dos resultados baseou-se na triangulação entre fontes primárias, secundárias e manifestações culturais atuais, verificadas através de diferentes tipos de evidência.

Reconhecem-se como limitações a dependência de traduções e reinterpretações das narrativas originais, a distância temporal que separa o pesquisador das culturas estudadas, e a necessidade de interpretação de símbolos antigos através de perspectivas contemporâneas. A pesquisa compromete-se com o respeito às tradições culturais analisadas e com a utilização responsável desses conhecimentos para fins educacionais e de preservação ambiental.

O imaginário épico de Humbaba

Ao abordar narrativas míticas, o Épico de Gilgamesh constitui um ponto de partida fundamental. O termo 'Épico' foi adicionado na modernidade, visto que não existe palavra equivalente em acádio; no contexto atual, representa uma longa narrativa heroica (Andrew, 2003). Os antigos babilônios referiam-se a esta narrativa através de títulos como "Superar todos os outros Reis", "Aquele que viu o Abismo" e "A Série de Gilgamesh" (Andrew, 2003, tradução nossa).

Constitui um dos textos mais antigos da literatura mundial. Narra a lenda de Gilgamesh, rei de Uruk e sua trajetória, e foi escrito inicialmente entre 2600 e 2100 AEC, registrado em 12 tabuletas de argila na escrita cuneiforme, sendo seu autor original desconhecido (Farzana, 2020).

Central a esta narrativa é a figura de Humbaba, cuja transformação de guardião sagrado em "monstro" ilustra a ressignificação cultural da relação humanidade-natureza. A lenda descreve Humbaba como um ser a serviço do deus Enlil, não inicialmente concebido como monstro, mas como protetor da Floresta de Cedros, tendo por missão proteger esse valioso recurso natural de invasores que buscassem extrair madeira (Andrew, 2003). Esta caracterização inicial revela uma cosmovisão onde a proteção ambiental possuía legitimidade divina, contrastando com interpretações posteriores que o "demonizaram".

Para compreender esta transformação simbólica, faz-se necessário examinar a evolução histórica da própria narrativa. Existem inúmeras versões e uma história complexa.

Criado originalmente na região da Mesopotâmia, foi recontado pelos diversos povos que ali habitaram (Andrew, 2003). Na pesquisa histórica, existe forte consenso acadêmico sobre a existência real de Gilgamesh, que teria sido o quinto rei da dinastia inicial de Uruk, entre 2700 e 2600 AEC.

O Épico de Gilgamesh resulta da fixação de releituras do mito, representando um momento acadiano/babilônico, não sumério. Uma das características marcantes dessa transformação é a centralidade da figura heroica de Gilgamesh. Isso contribui para a reformulação epistêmica do imaginário, ressignificando o sentido: ao construir o herói, elabora-se simultaneamente o "vilão". Neste processo, os seres que anteriormente eram guardiões passaram a ser identificados como monstros (seres inimigos). Isso implica também a formação do imaginário colonial de conquista e dominação.

Assim, Gilgamesh (tirano) torna-se o herói nacional, enquanto os antigos seres (guardiões) transformam-se em inimigos e monstros, e a relação com a natureza, consequentemente, passa a ser vista como um desafio a ser superado e dominado. Configura-se, dessa forma, uma das primeiras transcrições do mito da civilização: um paradigma narrativo que legitima a supremacia humana sobre a natureza através da glorificação da conquista e da demonização da resistência ambiental. Este mito fundamenta a noção de que o "progresso" civilizacional exige necessariamente a subjugação do mundo natural, transformando a harmonia ecológica em obstáculo a ser vencido pelo heroísmo tecnológico.

A mitificação de Gilgamesh, que provavelmente existiu como rei de Uruk em meados do século XXVII AEC, inicia-se por volta do século XXII ou XXI AEC, quando Shúlgí, rei da cidade de Ur, escreveu hinos glorificando alguns de seus feitos. Entre esses feitos, destaca-se a ida à floresta de cedros para lutar contra Humbaba (Sin-Léqi-Unninni, 2017).

A civilização suméria, que emergiu na região da Mesopotâmia, constituía-se de cidades como Ur e Uruk (3300-2400 AEC). O Império Acádio subsequente unificou a região sob Sargão (2340-2160 AEC), sendo sucedido pelo Império Babilônico após um breve período pós-acádio e neosumério (2000-1100 AEC), quando os poemas de Gilgamesh ainda eram lidos e escritos (Sin-Léqi-Unninni, 2017). Contudo, apesar da riqueza dos achados de tabuletas deste período, eles provavelmente não integravam o currículo escolar dos escribas, mantendo-se mais enraizados na cultura de forma oral ou informal (Andrew, 2003).

É possível que, neste momento, o interesse pelas histórias de Gilgamesh estivesse presente nos círculos sociais do Império (Andrew, 2003). Escribas jovens ouviam cantos de amigos, permitindo inclusive improvisação e adição de detalhes. Assim, sugere-se que a narrativa transitou e consolidou-se gradualmente no épico conhecido como "clássico".

Escrito em acádio, denominada versão *standard* ou babilônica, tendo sido reproduzida entre 1300 e 1100 AEC (Sin-Léqi-Unninni, 2017).

Dentro deste panorama cultural complexo, a figura de Humbaba consolidou características específicas que refletem tanto sua função original quanto sua posterior ressignificação. A narrativa apresenta Gilgamesh como filho da deusa Ninsun e do mortal Lugalbanda. Trata-se de um personagem carismático que, apesar de seus poderes sobrenaturais e força, possui os mesmos anseios e fraquezas da humanidade. Mesmo sendo filho de uma deusa, Gilgamesh temia a sua mortalidade (De Villiers, 2024). Ele era o governador da cidade de Uruk, e o mito retrata-o como irresponsável, causando o desgosto de seus cidadãos que não o suportavam (De Villiers, 2024). Ouvindo as preces incansáveis da cidade de Uruk contra seu rei tirano, os deuses decidiram dar uma lição em Gilgamesh enviando um oponente a sua altura. A narrativa informa que a Deusa Aruru decidiu criar Enkidu, feito de barro. Enkidu é um homem que vive nas florestas em torno das muralhas de Uruk e tem força suficiente para desafiar Gilgamesh (De Villiers, 2024). Enkidu é retratado como um ser guardião, ele vive com os animais ao redor de Uruk, destruindo armadilhas de caçadores, e causando problemas. Porém, Gilgamesh envia uma prostituta para subjugar (enfeitiçar) o puro Enkidu, e assim poder o enfrentar.

O mito possui um sentido singular, pois no enfrentamento, numa grande luta, Gilgamesh (tirano) e Enkidu (guardião humano) se identificam, reconhecem ter encontrado um igual. Segundo a narrativa, os dois se tornaram amigos em respeito a sua força mútua, o que também pode ser entendido pela identificação de todos os homens com o desejo e tirania de Gilgamesh. Enkidu, representante do homem natural, criado do barro, se deixa seduzir, e de protetor, torna-se cúmplice na destruição. Eles se unem em diversas "aventuras", o que resulta na perda do imaginário sagrado-natural de Enkidu, ressignificado pela tirania de Gilgamesh. Essa parceria colaborou para a busca da Floresta de Cedros, guardada por Humbaba (De Villiers, 2024).

A transformação simbólica de guardião em monstro pode ser identificada pela evolução das representações visuais. Humbaba, inicialmente, possuía aparência humanoide. Os textos sumérios e babilônios descrevem este ser, posteriormente popularizado como "monstro", tendo sua composição baseada em elementos florestais, apresentando traços de árvores e vegetação em seu corpo. Era uma fisionomia incomum, para a época. Um nariz bulboso e olhos grandes, constantemente mencionados (Andrew, 2003). A maioria das representações visuais desta criatura se dá apenas pela cabeça. O que torna difícil criar uma imagem mental de Humbaba, se não pelas descrições da própria narrativa, e documentos paralelos. Entende-se que isto se deu, devido a decapitação de Humbaba (Sin-Léqi-Unninni, 2017).

Figura 1 – Idealização de Humbaba



Fonte: Representação elaborada com o propósito de representar o imaginário de Humbaba, criada para este estudo e cedida pelo artista Atma Flare.

As características naturais poderiam aparecer como sinais identificados pelos sacerdotes ao ler a vontade dos deuses nas vísceras de animais sacrificados. Sua presença ilustrava presságios que podiam guiar a pessoa a respeito do futuro de um tópico desejado - que pendiam para negativas ou positivas dependendo do local e época. Em um tablete babilônio, por exemplo, orienta-se que, se os intestinos de um sacrifício se parecerem com a cabeça de Humbaba, seria um presságio positivo. Contudo, dependendo do período, Humbaba nas entranhas sacrificiais poderia ser visto como um presságio ruim, como um usurpador que roubaria o trono (Andrew, 2003).

Existem outras figuras que corroboram a fisionomia de Humbaba. Um ornamento encontrado em Tell Rimah, no Iraque. Uma representação de Humbaba em uma das portas das ruínas de um templo escavado por uma equipe da Escola Britânica de Arqueologia no Iraque (Steymans, 2010). Ulrich especula que neste caso, dependendo da posição da cabeça de Humbaba, ela seria visível especificamente para aqueles que não poderiam entrar adiante, se tornando uma espécie de guardião, denotando uma função apotropaica (que afasta, repele).

Para Steymans (2010), também existe a hipótese de ser uma decoração. O destino da cabeça de Humbaba entregue a Enlil por Gilgamesh e Enkidu simbolizando a vitória da humanidade sobre a natureza. Também poderia ser um símbolo do poder destruidor do homem unido a Gilgamesh, dessa forma, a cabeça de Humbaba deve ser vista como um troféu.

Apesar da face humanoide na maioria dos ornamentos que representam Humbaba, seu rosto tem linhas inconsistentes traçadas como seus cabelos, e barbas, que são encaracoladas e remetem a entranhas (Steymans, 2010). Esta característica é o que dá forma ao Humbaba em interpretações modernas, muito associadas a uma peça de argila,

datada de entre 1800 a 1600 AEC, e que se encontra em posse do Museu Britânico (Item 116624).

Figura 2- Máscara de Argila de Humbaba



Fonte: Museu Britânico. https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1883-0118-AH-2598 Data de acesso: 25/06/2025.

Se pressupõe que este ornamento servia de manual para mostrar como o rosto de Humbaba apareceria nas entranhas de um sacrifício, e não de um retrato fidedigno da criatura. Contudo, este tipo de imagem moldou sua percepção cultural moderna.

É proposto também, que Humbaba tenha uma conexão direta com a deidade principal do panteão elamita: Hunban, e lentamente se derivando desta entidade até algo próprio na região sul da Mesopotâmia, onde nomes que acabam em sílabas repetidas são mais comuns, como a própria deusa Aruru (Sin-Léqi-Unninni, 2017). Também foi chamado de Humwawa na antiga língua suméria (Andrew, 2003). Ele aparece pela primeira vez nos poemas originais da região da Mesopotâmia, posteriormente organizados no chamado: Épico de Gilgamesh. Contudo, o nome "Humbaba" já era usado em documentos do período de Ur III (2112-2004 AEC) (Andrew, 2003), como um nome próprio.

A análise do confronto entre Gilgamesh e Humbaba revela os mecanismos através dos quais este mito articula a legitimação da exploração ambiental. Assim, a criatura é notada nos poemas que descrevem a jornada dos homens de Gilgamesh até a floresta. O mítico rei de Uruk, decidiu planejar a ida até a sagrada Floresta de Cedros, desejando fama, devido a sua crescente ansiedade com a mortalidade. Gilgamesh então, reúne um pequeno exército de jovens de Uruk, e cruza sete cordilheiras até chegar na enigmática floresta. Onde desmata os cedros, e combate o espírito guardião Humbaba (Andrew, 2003).

O motivo desta expedição é expresso por Gilgamesh à divindade solar Utu. Ele explica que, devido à fragilidade e mortalidade da existência humana, era necessário perpetuar seu nome para a posteridade; para isso, buscava não apenas a glória de desbravar a floresta, mas também coletar sua madeira preciosa e expandir Uruk (Andrew, 2003). Observa-se aqui Gilgamesh como representante do espírito humano e de sua vontade de prevalecer. Essa relação foi alterada quando os seres humanos desenvolveram ferramentas para transformar o ambiente ao seu redor (Gurçay, 2024). Assim, a narrativa reconhece que o único motivo para a expedição é egoísta. O primeiro confronto entre Gilgamesh, representante da humanidade corrompida, e Humbaba, protetor da natureza, fundamenta-se em interesses pessoais. O que possibilita uma significação da materialidade na fundamentação de comportamentos e ritos, estabelecendo a relação binária entre civilização e natureza (Gurçay, 2024).

Enkidu, por outro lado, era filho da natureza. Viveu fora das muralhas de Uruk entre os animais, muito tempo antes de Gilgamesh o encontrar. Contudo, ao aceitar a amizade de Gilgamesh, abandonou seu vínculo com a natureza, sendo imediatamente rejeitado pelos animais da região (Sharif; Mohammad; Saeed, 2019). Enkidu alerta Gilgamesh para o poder e capacidade de Humbaba, porém o arrogante rei de Uruk está confiante de que eles podem enfrentar a criatura. Surpreendentemente, quando localizam Humbaba, este não se mostra hostil, mas cordial e diplomático. Sua voz faz com que Gilgamesh e Enkidu se ajoelhem e iniciem um diálogo. Neste primeiro momento Humbaba é impermeável por algum tipo de magia ou força protetiva, que Andrew (2003) descreve como uma espécie de "aura". E, para que a criatura baixasse sua guarda, Gilgamesh apela para acordos, oferecendo suas irmãs como esposas, e outros presentes da civilização, como por exemplo vinho, pães de trigo, ferramentas valiosas como garrafas de água, roupas e armaduras.

Humbaba desconhecia estes luxos da civilização, por viver em meio a natureza e isolado, por isso, ficou fascinado, enfeitiçado (Andrew, 2003). É interessante, como Gilgamesh se utiliza de elementos da cultura para subverter e corromper os defensores da natureza, colocando a situação a seu favor. Aqui, Humbaba é ingênuo e puro. Ao baixar sua guarda é imediatamente atacado e aprisionado, enquanto os soldados de Gilgamesh retiram a madeira sagrada da floresta (Andrew, 2003). A narrativa é repleta de materialidade, pois Gilgamesh não está apenas interessado em fama e glória, também há um interesse objetivo na extração de recursos.

Este padrão de sedução-dominação-exploração transcende o contexto mesopotâmico, manifestando-se como um paradigma recorrente nos processos de colonização. Assim, é profundamente significativo como o mito parece ressignificado na invasão das américas, na sedução dos nativos, na corrupção realizada pela cultura colonial, e como, da mesma forma, ao baixar a guarda, surge o aprisionamento. Não apenas um fenômeno material, mas, pela sedução (feitiço/fetice), se estabelece uma forma de

dominação epistêmica. Todavia, no fim, o que se pretendia era a pura e simples exploração de recursos.

A exploração e destruição de recursos naturais é universalizada pelo mito, como se fosse uma característica natural, a união do homem natural ao desejo desenfreado de Gilgamesh. O mito do desenvolvimento está na base da destruição, na escassez de inúmeros recursos, na extinção de várias espécies da fauna e flora. Como argumenta Gurçay (2024), este estado permanente de conflito se mantém desde a origem do Homo Sapiens. Contudo, inicialmente os primeiros humanos possuem uma relação de sagrado vinculada à natureza, havia uma mitologia de proteção, porém o mito do desenvolvimento propiciou a criação de um imaginário desenfreado voltado para técnicas exploratórias e de dominação (tirania), que permitem a destruição da natureza que, ao mesmo tempo, é destruição da vida e do sagrado.

Após extrair a madeira, Gilgamesh mostra compaixão e decide libertar Humbaba. Enkidu discorda, e acredita que devem matá-lo, pois ele é muito perigoso. Durante a discussão, Humbaba briga com Enkidu, por quem é derrotado e morto, tendo sua cabeça decepada. Na versão clássica, o desentendimento entre Humbaba e Enkidu se deve ao fato de Humbaba tratar Enkidu como um traidor dos deuses e da natureza, por ter renegado sua origem e ter ido viver na cidade de Uruk. Novamente, o mito adquire sentido muito significativo. Humbaba não é um monstro vil e sem consciência, mas um guardião consciente, principalmente da traição da humanidade. Aqueles e aquelas que deveriam proteger, são justamente os destruidores.

A dupla decide levar a cabeça de Humbaba até Enlil. No texto, não fica claro as razões para isso. O deus Enlil, confrontado pelo que houve na floresta, se enfurece com a dupla, e diz que Humbaba deveria ter sido tratado com respeito e bondade. Assim, num ato de respeito pela criatura, redistribui seu poder, "auras", na floresta. Embora não seja narrado o motivo, a distribuição do poder de Humbaba pela floresta, demonstra a preocupação da divindade com a proteção da natureza e como esse poder deveria ser reconhecido na própria criação. Cada ser da floresta representa aquele cuja vida foi dada para os proteger (Andrew, 2003).

Enquanto na versão clássica babilônica de 1100-1300 AEC (mais recente), Humbaba e Gilgamesh se digladiam e a vitória vem da intervenção divina de Utu (Shamash em acádio), na narrativa considerada mais antiga, Gilgamesh vence Humbaba com o poder de seu intelecto, tal como a própria raça humana "subjuga" a natureza pelo avanço no desenvolvimento e da racionalidade, pela capacidade técnica de desenvolver ferramentas para sanar a falta de aptidão física. Humbaba, por outro lado, é ingênuo e puro, porém contém todas as "armas" necessárias para se defender, tal como a biosfera que ele protege (Gurçay, 2024).

Gurçay (2024) argumenta que o ataque de Gilgamesh à floresta e Humbaba foi um exercício de superioridade e autoridade sobre a natureza. O fato de que o exército carregou, segundo a trama, pesados machados e equipamentos para derrubar as árvores e atacar Humbaba demonstra a capacidade humana de manipular o ambiente externo, revelando uma possível ecocrítica da narrativa de Gilgamesh. Algo que se repete do começo ao fim da obra, em seus temas de aceitação da mortalidade, e imposição humana sobre as leis naturais.

A segunda versão dos poemas em sumério original, de 2100 AEC, é mais sucinta, e as ocorrências e a ordem dos fatos é diferente. A maior diferença está na apresentação de Gilgamesh, muito mais temeroso de enfrentar a criatura (Andrew, 2003). O final do tablete está faltando, porém com análises posteriores, alguns estudiosos defendem, com base no que se tem, que nesta versão, Humbaba não é morto (Andrew, 2003).

Em todo caso, ao tomar estes recursos naturais, e matar o guardião, inicia uma espécie de "efeito dominó" resultando em diversas tragédias, resultando no enfrentamento da ira de outros deuses e na morte de Enkidu. Em resposta, Gilgamesh parte em uma jornada para encontrar a imortalidade, continuando sob o *ethos* contrário a natureza. Sharif, Mohammad e Saeed (2019) nos explicam que esta cadeia de eventos que se sucedeu, demonstra que o erro fatal de Gilgamesh foi desobedecer às leis naturais, assim, ele foi derrotado por sua visão de mundo, e apenas no final entende seu lugar no ecossistema.

Toda a jornada de Gilgamesh demonstra o conflito da humanidade com a natureza, e a natureza, por sua vez, indiferente às aspirações de Gilgamesh. Não existem vencedores nesta guerra. Ambos os lados perderam. Conforme argumenta Gurçay (2024), o ato de Gilgamesh desequilibra a existência compartilhada, não importa o quanto queiramos ser superiores. É categoricamente impossível separar os seres humanos da natureza, Gilgamesh chegou a esta mesma conclusão.

Do épico de Humbaba ao mítico Boitatá

Assim como observado na tradição mesopotâmica, o contexto brasileiro apresenta abundância de imaginários culturais sobre criaturas míticas relacionadas à natureza. Semelhantemente à narrativa de Humbaba, identificam-se aproximações antropológicas quanto à formação dos imaginários de defesa, proteção e invasão. Esses imaginários constituem-se a partir de uma realidade material que lhes confere sentido e legitimidade cultural.

O imaginário do Boitatá origina-se da cosmologia guarani (Cascudo, 2012). Tribos guaranis da região de São Vicente relataram a José de Anchieta (1534-1597), que ali

desembarcou em 1553, a existência de algo que ele traduziu como "coisa de fogo". Embora a pronúncia original do nome seja incerta, a etimologia é esclarecedora: o termo *Mbae* significa "coisa" em tupi, *Mboi* significa "serpente" e *Tatá* significa "fogo", formando *Mboitatá*. O consenso entre especialistas é que se trata efetivamente de uma serpente, pois a descrição oferecida a Anchieta evoca um rastro de fogo cintilante serpenteando pelos campos (Cascudo, 2012).

Analogamente ao Épico de Gilgamesh, a fixação narrativa do Boitatá relaciona-se diretamente com seu contexto histórico de emergência. No caso brasileiro, deve-se considerar a intensa extração de recursos que acompanhou as missões jesuíticas, expedições coloniais e bandeirantes. Os primeiros anos da colonização caracterizaram-se por grande fluxo extrativo, incluindo confrontos com franceses pelo controle da exploração madeireira.

A exploração intensiva dos recursos florestais no Brasil colonial, particularmente do pau-brasil, foi sistematicamente documentada pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. O cronista português Pero de Magalhães Gândavo, escrevendo em 1576, registra a extração sistemática da madeira tintorial e documenta a necessidade crescente de adentrar o território em busca de novas árvores, revelando o caráter predatório da atividade extrativa já nas primeiras décadas coloniais (Gândavo, 2008). Gabriel Soares de Sousa oferece em 1587 um testemunho ainda mais detalhado sobre a diminuição das reservas nas áreas litorâneas, registrando explicitamente que "já não se acha tanto como dantes", constituindo uma das primeiras percepções documentadas da escassez provocada pela exploração descontrolada (Sousa, 1971).

Este contexto histórico de devastação ambiental é fundamental para compreender a urgência dos nativos em transmitir o imaginário mítico do Boitatá a José de Anchieta. Não se tratava meramente de preservação ou divulgação cultural, mas de uma resposta defensiva diante da natureza devastada - uma função análoga à de Humbaba na proteção dos cedros mesopotâmicos. Caspin Mira, na obra "Terra Catarinense", descreve equivocadamente o Boitatá como um bovino, erro resultante do M mudo em *Mboi*, que cria um falso cognato com a palavra portuguesa "boi" (Cascudo, 2012).

O registro formal mais antigo do termo data de 31 de maio de 1560, quando Anchieta descreveu a criatura em suas cartas (Cascudo, 2012). Significativamente, não foi identificado como guardião, mas como uma "coisa de fogo" que atacava e matava os habitantes locais. Anchieta interpretou o mito segundo o modelo dos Curupiras, primeira criatura mítica descrita no Novo Mundo pelos portugueses (Cascudo, 2012). Esta percepção inicial revela como a perspectiva colonial transformou o protetor em ameaça, padrão similar ao observado na demonização de Humbaba.

A transformação semântica de "coisa" para "serpente" ocorreu gradualmente ao longo do período colonial. Quando Couto de Magalhães estudou as narrativas sobre a criatura no século XIX, essa caracterização já estava consolidada (Magalhães, 1935). Pode-se inferir que, para os colonizadores e seus descendentes, a concepção do Boitatá como serpente estabeleceu-se entre os séculos XVII e XVIII, refletindo um processo de ressignificação cultural complexo.

Observa-se um hiato de aproximadamente três séculos nos registros formais, quando a representação do Boitatá ressurge na obra "O Selvagem" de Couto de Magalhães (1935), agora caracterizada como serpente de chamas. Diferentemente do contexto mesopotâmico, a precariedade dos registros escritos no Brasil colonial sugere um hiato documental, não necessariamente cultural. A tradição oral guarani provavelmente manteve viva a narrativa, adaptando-a às transformações do contexto colonial.

Em "O Selvagem", Magalhães compilou sistematicamente mitos dos povos originários brasileiros, documentando diversas criaturas fantásticas e suas funções cosmológicas. Crucialmente, nesta obra o Boitatá é descrito como guardião que protege campos e relvas dos humanos incendiários (Magalhães, 1935), revelando a recuperação de sua função original de protetor ambiental. Segundo Câmara Cascudo (2012), cosmologias e mitologias evoluem fluidamente, adaptando-se aos contextos históricos. No ambiente de intensa exploração colonial, o imaginário do Boitatá possivelmente intensificou seu papel de guardião da natureza como resposta defensiva. Esta transformação torna-se evidente no registro de Magalhães:

É o gênio que protege os campos contra aqueles que os incendeiam; como a palavra o diz, Mboitatá é "cobra de fogo"; as tradições figuram-na como uma serpente pequena de fogo que de ordinário reside na água. Às vezes transforma-se em um grosso madeiro em brasa, denominado méuan, que faz morrer por combustão aquele que incendeia inutilmente os campos. (Magalhães, 1935, p.138).

A partir do século XIX, a figura do Boitatá consolidou-se como guardião ambiental no imaginário nacional, especialmente na região sudeste (Cascudo, 2012). Esta consolidação representa uma recuperação de sua função original de protetor, contrastando com a demonização inicial do período colonial. Popularmente, a criatura adquiriu a reputação estabelecida por Magalhães: protetor da natureza contra queimadas predatórias.

A evolução iconográfica do Boitatá reflete essa transformação funcional. Nas descrições contemporâneas, a criatura apresenta características que mesclam elementos originais com variações regionais. Olavo Bilac, em "Últimas Conferências e Discursos" (1929), descreve uma serpente coberta por inúmeros olhos, representação que se tornou

uma das mais populares no imaginário nacional (Cascudo, 2012). Esta multiplicidade de olhos pode simbolizar a vigilância constante sobre a natureza, reforçando sua função de guardião onipresente.

A associação do Boitatá com o fenômeno natural do fogo fátuo oferece uma interessante interface entre conhecimento empírico e imaginário mítico. Este fenômeno luminoso, resultante da inflamação de gases provenientes da decomposição de matéria orgânica, é universalmente incorporado às mitologias humanas (Cascudo, 2012). O próprio Dicionário Michaelis (2025) registra esta associação, frequentemente utilizando "boitatá" como sinônimo de fogo fátuo. Esta correlação sugere que o mito articula observação naturalística com função simbólica protetiva.

A simbologia ígnea do Boitatá revela uma sofisticada dialética ecológica: o fogo protetor que combate o fogo destruidor. Esta criatura representa o fogo controlado e regenerativo da natureza, opondo-se ao fogo descontrolado da exploração humana. Funciona como interdito cultural, advertindo que o uso predatório do fogo representa risco não apenas à biodiversidade, mas ao próprio agente destruidor. Esta lógica preventiva ecoa a função de Humbaba como protetor que pune a transgressão ambiental.

A dimensão cosmológica do Boitatá ganha profundidade através de sua relação com Jaci (ou Iací), figura central da cosmogonia guarani. Segundo Magalhães (1935), esta divindade lunar, associada à proteção e aos ciclos naturais, detém poder sobre diversos aspectos da natureza. Foi ela quem designou Boitatá como guardião das relvas, estabelecendo uma hierarquia sagrada que legitima divinamente a proteção ambiental. Esta estrutura cosmológica paralela à designação de Humbaba por Enlil, evidencia padrões universais de sacralização da natureza.

Nas cosmologias indígenas, o antagonismo não reside na natureza, mas na transgressão humana que rompe a harmonia ecológica. Embora Magalhães não especifique forças antagonistas direcionadas especificamente contra as relvas, o contexto histórico de sua época - século XIX - sugere que a ameaça provinha do modelo de exploração capitalista predatório. O Boitatá emerge, assim, como resposta mítica à ausência de sustentabilidade nas práticas coloniais, funcionando como interdito contra a destruição sistemática dos ecossistemas campestres.

Independente das possíveis imprecisões etnográficas de Magalhães, seus registros revelam um padrão cosmológico: a especialização protetiva das entidades míticas. Boitatá protege relvas e gramados e Curupira, as florestas, configurando um sistema integrado de guardiões ambientais (Magalhães, 1935). Esta territorialização sagrada relaciona-se com a visão mesopotâmica, onde Humbaba protegia um recurso específico - os cedros. Na cosmovisão guarani, cada ecossistema, por menor que seja (gramados), constitui espaço

sagrado merecedor de proteção divina, garantindo sustentabilidade integral dos recursos naturais.

A estrutura hierárquica divindade-guardião registrada por Magalhães segue padrões universais das mitologias antigas, onde deuses designam seres para executar suas vontades. Contudo, esta organização pode refletir uma interpretação do próprio Magalhães, uma vez que Cascudo (2012) não identifica teogonia estruturada entre os guaranis. Logo, independente da precisão etnográfica, esta versão consolidou-se no imaginário nacional, demonstrando como narrativas míticas se adaptam às expectativas culturais dominantes.

A ressignificação contemporânea do Boitatá como guardião ambiental manifesta-se em diversas expressões culturais, evidenciando a vitalidade adaptativa deste imaginário ancestral. Em obras literárias modernas, a figura assume posição análoga à de Humbaba: protetor que enfrenta forças destrutivas civilizacionais.

Esta continuidade funcional torna-se evidente na literatura infantil contemporânea. No livro "Boitatá e os Boitatinhas" de Mouzar Benedito e Halina Beltrão (Urban, 2023), a criatura é representada como guardião que auxilia crianças contra uma corporação interessada em desmatamento. A narrativa reproduz estruturalmente o conflito Humbaba-Gilgamesh: guardião ambiental versus forças exploratórias, mas com desfecho favorável à proteção. Boitatá atua como mentor e protetor, evidenciando a ressignificação educativa do mito ancestral.

A proliferação do Boitatá na literatura infantil evidencia sua eficácia como ferramenta de educação ambiental. Mantendo fidelidade às tradições orais, estas obras replicam seu papel de guardião ecológico. O livro de André Cerino (2025), exemplifica essa atualização da lenda através de trovas ilustradas, demonstrando como mitos ancestrais podem ser adaptados para formar consciência ecológica em novas gerações, função que o mito de Humbaba não conseguiu exercer.

A focalização no público infantil revela estratégia cultural de resistência: formar novas gerações capazes de enfrentar a crise ambiental contemporânea. Em "Boitatá e os Boitatinhas", os autores não reduzem a criatura a mero símbolo, mas a apresentam como detentora de conhecimento ecológico ancestral, recuperando a perspectiva original dos povos guaranis que viam humanos e natureza como partes integradas de uma mesma essência (Benedito, 2019). Esta abordagem contrasta com a fragmentação civilizacional que demonizou Humbaba, oferecendo paradigma alternativo de relação harmônica.

Mas tem gente que acha que só grandes animais merecem ser respeitados (...) –
É como as pessoas que acham que pobres não valem nada... – (...) As plantinhas
e os bichinhos daqui merecem viver como qualquer outra planta e qualquer

outro animal – completou Carlinhos. O Boitatá também acha isso, afirmou Corisco. – Ele é protetor dos campos, de toda forma de vida que há neles. Por isso correu atrás do seu tio, que estava pondo fogo no pasto. E vai queimar quem mais fizer. (Benedito, 2019, p. 20).

Esta passagem nos fornece um exemplo de ressignificação contemporânea: o Boitatá não apenas protege recursos, mas articula uma ética biocêntrica que inclui todas as formas de vida. A analogia com o tema da desigualdade social estabelece paralelismo entre exploração ambiental e social, ecoando a função crítica original dos mitos de proteção. A narrativa mantém a função punitiva, mas ressignificada como justiça ecológica.

A transposição para mídias digitais amplifica o alcance desta ressignificação educativa. Autores adaptaram narrativas tradicionais para animações musicadas, consolidando Boitatá como uma das figuras centrais da cosmologia ambiental brasileira. Canais especializados como "Turma do Folclore", com conteúdo distribuído via streaming (Prime Video, TamanduáTV), exemplificam como tecnologias contemporâneas podem revitalizar imaginários ancestrais para educação ambiental. Com isso, o folclore torna-se ferramenta pedagógica, veiculando valores de preservação para audiências massivas.

Contudo, a folclorização pode neutralizar a urgência ecológica original, transformando o interdito ancestral em entretenimento cultural. Quando o mito é reduzido a expressão folclórica, há o risco de esvaziar a função material de resistência à exploração ambiental. Um fenômeno similar ocorre quanto à transformação de Humbaba em ornamentos decorativos e peças de museu.

O carnaval exemplifica esta tensão entre preservação simbólica e esvaziamento funcional. Enquanto carros alegóricos propagam visualmente a proteção ambiental, o contexto festivo de excessos pode ironizar a própria mensagem de preservação. Esta contradição revela como sociedades contemporâneas podem simultaneamente celebrar e neutralizar imaginários de resistência ecológica, mantendo a forma enquanto anulam a função crítica.

Figura 3- Carro alegórico da Unidos de Vila Isabel



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DGvzMt3PwRG/?igsh=MWhmbjEzMGxmdG9maQ>

A figura representa o carro alegórico do Carnaval 2025 da Unidos de Vila Isabel, que tematizou elementos míticos da cultura brasileira. A representação do Boitatá como elemento central evidencia sua consolidação no imaginário nacional, embora sob forma espetacularizada que pode distanciar-se de sua função original de interdito ecológico.

Na contemporaneidade, Boitatá consolidou-se como sinônimo de guardião ambiental, paralelo funcional de Humbaba no imaginário brasileiro. Organizações apropriam-se estrategicamente desta simbologia: a obra de Mouzar Benedito foi publicada pelo selo Boitatá (Editora Boitempo), dedicado ao pensamento crítico e justiça social. Esta apropriação institucional evidencia como imaginários ancestrais podem ser ressignificados para projetos político-culturais contemporâneos, mantendo viva sua função de resistência.

Considerações finais

A análise temática comparativa realizada neste estudo demonstra que Humbaba e Boitatá não devem ser compreendidos como monstros criados para atemorizar humanos, mas como manifestações de saberes ancestrais sobre a relação entre humanidade e natureza. Os resultados revelam três dimensões fundamentais dessas narrativas: função de interdito cultural (estabelecendo limites para ações humanas), resistência epistêmica (preservando conhecimentos alternativos ao paradigma exploratório) e sacralização do

espaço natural (legitimando divinamente a proteção ambiental). Ambas as figuras foram preservadas como mensagens de resistência contra a exploração sistemática dos recursos naturais.

A análise evidenciou padrões estruturais convergentes: na tradição mesopotâmica, a narrativa de Humbaba funciona como interdito sobre as consequências das lógicas civilizatórias, que implicam em corrupção moral, violação ecológica e destruição dos guardiões naturais. No contexto brasileiro, o mito do Boitatá emerge como resposta à invasão colonial e à devastação ambiental sistemática, particularmente através das queimadas predatórias. Ambas as narrativas articulam resistência cultural à exploração desenfreada, transcendendo contextos históricos específicos.

O estudo contribui para a compreensão de como as narrativas míticas funcionam como "tecnologias de memória" que preservam conhecimentos ecológicos tradicionais. As análises demonstram que esses mitos operam uma "pedagogia da terra", conscientizando sobre impactos da exploração e promovendo compreensão sistêmica da interdependência humano-natureza. A dimensão sagrada desses espaços não constitui mero simbolismo, mas articula conhecimento prático sobre sustentabilidade ecológica.

A pesquisa evidencia como o "mito da civilização" ressignifica espaços sagrados em recursos exploráveis, transformando guardiões em obstáculos ao "progresso". Esses achados sugerem aplicações concretas para educação ambiental: incorporação de narrativas ancestrais nos currículos, desenvolvimento de materiais pedagógicos baseados em mitos locais, e criação de programas que articulem conhecimentos tradicionais com educação científica. O resgate desses imaginários auxilia no enfrentamento da crise ecológica contemporânea.

As análises revelam que esses mitos articulam conhecimento empírico sobre desequilíbrios ecológicos através de linguagem metafórica. Humbaba e Boitatá representam situações materiais concretas: escassez de recursos, degradação ambiental e conflitos socioecológicos. Sua eficácia reside na capacidade de comunicar conhecimentos complexos através de formas culturalmente acessíveis. Dessa forma, essas narrativas resistem à alienação ecológica promovida pelo paradigma desenvolvimentista.

Reconhecem-se as limitações desta pesquisa: dependência de traduções para textos antigos, escassez de registros sobre variações regionais do mito do Boitatá, e risco de anacronismo na interpretação de símbolos ancestrais à luz de preocupações contemporâneas. Estudos futuros poderiam beneficiar-se de colaboração com comunidades indígenas para validação das interpretações propostas, além de investigação etnográfica mais detalhada sobre a transmissão oral dessas narrativas.

A urgência da crise ambiental contemporânea torna imperativo o diálogo entre sabedorias ancestrais e conhecimento científico, reconhecendo nos mitos guardiões

ferramentas culturais indispensáveis para a construção de futuros sustentáveis. Humbaba e Boitatá, em sua persistente resistência através dos milênios, oferecem não apenas memória do que foi perdido, mas esperança sobre o que ainda pode ser preservado e restaurado. A interpretação dessas narrativas míticas preserva e comunica valores essenciais para a superação da crise ecológica: sacralidade da natureza, limites éticos para ação humana, e responsabilidade coletiva pela proteção da vida planetária.

Referências

BORGES, Jorge Luis. **The book of imaginary beings**. London: Penguin Books, 2006.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://psychology.ukzn.ac.za/?mdocs-file=1176> Acesso em 10/07/2025.

CASCUDO, Câmara. **Geografia dos mitos brasileiros**. São Paulo: Global, 2012.

CERINO, André. **Boitatá**. Coleção Folclore Brasileiro. Belo Horizonte: Pé da Letra, 2025.

DE VILLIERS, Gerda. The conceptualisation of morality in ancient religions at the hand of the Gilgamesh Epic. In: **Verbum et Ecclesia**, v. 45, n. 1, 2024. Disponível em: <https://verbumeteclesia.org.za/index.php/ve/article/view/2983/7126>. Acesso em abril, 2024

FARZANA, U. Fathima. Historical and Cultural Hegemony in The Epic of Gilgamesh, in **Journal of Information and Computational Science**, Vol. 13, 3, p.146-150, 2020. Disponível em: http://proceeding.conferenceworld.in/IIMT_March_2020/1IMCVBATGSJMI7001.pdf Acesso em: abril, 2024.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEORGE, Andrew. **The Babylonian Gilgamesh Epic: Introduction, Critical Edition and Cuneiform Texts**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GÜRÇAY, S. An evaluation on nature-culture contradiction in Epic of Gilgamesh. In: **SSD Journal**, v. 9, n. 43, p. 146–152, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31567/ssd.1135>. Acesso em: maio 2024.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MAGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**. Rio de Janeiro: Biblioteca Digital de Obras Raras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1935. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/134>. Acesso em: janeiro 2024.

NIETZSCHE, Fredrich. **O Anticristo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

MICHAELIS. Fogo-fátuo. **Dicionário Michaelis Online**, [s.d.]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/qQeV/fogo-f%C3%A1tuo/>. Acesso em: Maio 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que são mudanças climáticas?** Brasil ONU, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>. Acesso em: maio 2025.

SHARIF, Azad; MOHAMMAD, Birzo Abdulkadir; SAEED, Ismail. Nature's Retaliation in the Sumerian Epic Gilgamesh: An Ecocritical Study. In: **Journal of Garmian University**, v. 6, n. 2, p. 396-403, 2019. Disponível em: https://jgu.garmian.edu.krd/article_92069_7fa01615cf75061ee2f5a68b4db9f286.pdf. Acesso em: Maio 2024.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. **Ele que o abismo viu**: Epopeia de Gilgamesh. Tradução e comentários de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

STEYMANS, Hans Ulrich (Ed.). **Gilgamesch**: Ikonographie eines Helden. Fribourg, Switzerland / Göttingen, Germany: Academic Press / Vandenhoeck & Ruprecht, 2010.

URBAN, Samuel Pentado. Educação ambiental e a obra infantil “O Boitatá e os Boitatinhas”: reflexões e proposições baseadas na Pachamama. In: **Mandacaru: Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 3, n. 1, p. 117–127, 2023. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/mandacaru/article/view/6551>. Acesso em: janeiro, 2025.

Sobre o/a (s) autor/a (s):**Eduardo Sales de Lima**

Doutor e Mestre em Teologia. Especialista em Ciências da Religião. Especialista em Ontologia e Epistemologia. Prof. UniCV; Unicesumar. Líder do grupo de Estudos Multidisciplinares em Religiões e Religiosidades. Líder do Grupo de Pesquisa LUTER. E-mail: pf.eduardo.sales@hotmail.com.

Julius Cesar Alimari Campos

Graduação em logística. Licenciando em Ciências da Religião pela UniCV; pesquisador voluntário - PIIC; participante do grupo de pesquisa em iniciação científica na área de humanidades/UniCV. E-mail: juliusalimari@gmail.com